

# REVISTA ADPERGS

Nº12 DEZEMBRO/2023

Publicação da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul - ADPERGS

Para além da orientação jurídica: Defensoria Pública e adolescentes em medida socioeducativa

Desconstruindo estigmas: Defensoria Pública na luta pelos direitos das pessoas com deficiência

## Representatividade e política de cotas

▶ ▶ ▶ ▶ ▶ Uma Defensoria Pública mais democrática

Uma Defensoria **mais forte** se constrói com

**equidade,  
representatividade  
e valorização**



# SUMÁRIO

- 4 Palavra do presidente
- 5 ADPERGS: fortalecimento e valorização das Defensoras e Defensores Públicos
- 19 Projeto de Educação em Direitos da ADPERGS: Diálogo, conscientização e transformação nas escolas do Rio Grande do Sul
- 23 Para além da orientação jurídica: Defensoria Pública e adolescentes em medida socioeducativa
- 30 XXVIII Encontro Estadual de Defensoras e Defensores Públicos do RS, em Restinga Sêca
- 33 Festa ADPERGS – Edição Restinga Sêca
- 36 Racismo e ônus da prova Um alerta necessário!
- 39 Representatividade e política de cotas: Uma Defensoria Pública mais democrática
- 45 Aposentados da ADPERGS resgatam o convívio em encontros semanais
- 49 Desconstruindo estigmas: Defensoria Pública na luta pelos direitos das pessoas com deficiência
- 56 Em noite festiva, ADPERGS entrega 10º Prêmio de Jornalismo

## EXPEDIENTE

### DIRETORIA BIÊNIO 2023-2025

**Presidente:** Mário Rheingantz

**Vice-Presidente Institucional:** Máina Ribeiro Pech

**Vice-Presidente Jurídico Legislativo:** Rodolfo Lorea Malhão

**Vice-Presidente Adm./Financeira:** Adriana Hervé Chaves Barcellos

**Secretário-Geral:** Thiago Oro Caum Gonçalves

**Diretora de Aposentados e Pensionistas:** Sirlei Terezinha de Souza Feijó

**Diretor Social e Cultural:** Saulo Brum Leal Júnior

**Diretor de Interior:** Diego Rodrigues Quadros

**Diretora de Assistência à Saúde:** Luiza da Silva Garcia

### CONSELHO DELIBERATIVO Titulares

Jaderson Paluchowski

Carolina Zago Cervo

João Otávio Carmona Paz

Larissa Rocha Ferreira Caon

Mauro Kaufmann Pereira

Loraina Raquel Scottá

Gustavo de Oliveira da Luz

### Suplentes

Anna Carolina Meira Ramos

Emilene Perin

Paula Britto Granetto

Fernanda Pretto Fogazzi Sanhotene

Rodrigo Simon

Patrícia Conde Buzzatto

Raphael Varella Coelho

### CONSELHO FISCAL

#### Titulares

Juliana Jobim do Amaral

Adriana Munhoz de Quadros

Carla Schoffel Lizot

Roberta de Lima Pretto

#### Suplentes

Antonio Augusto Pacheco Ribeiro

Fernanda Miller da Cunha Almeida

Andreia Fillianotti Gasparini

Simone Hubner Cioccarri Gobbo

### REVISTA ADPERGS

**Jornalista responsável:** Manoela Guterres

**Projeto, Edição de Arte e Diagramação:** Endrigo Valadão

**Redação:** Joyce Rocha, Juliana Turatti e Manoela Guterres

### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

**imprensa@adpergs.org.br**

**Assessor de Comunicação da Diretoria:** Thiago Oro Caum Gonçalves

**Gerente de Comunicação:** Manoela Guterres

**Assistentes de Comunicação:** Joyce Rocha e Juliana Turatti

**Estagiária:** Manuela Kvietinski

**Fotografia:** Tiago Coutinho, Manoela Guterres, Joyce Rocha, Manuela Kvietinski, Renan Silva Neves, ASCOM ANADEP, ASCOM DEFENSORIA PÚBLICA DO RS

# ADPERGS

ASSOCIAÇÃO DAS DEFENSORAS E DOS DEFENSORES  
PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua General Andrade Neves, 90, 8º andar • Centro Histórico  
CEP 90010-210 • Porto Alegre • Rio Grande do Sul

(51) 3224-6282

atendimento@adpergs.org.br

www.adpergs.org.br

# Palavra do presidente

No ano de 2023, a Defensoria Pública registrou um marco histórico ao realizar **mais de 2,1 milhões de atendimentos**. O substancial aumento nas diversas atividades judiciais e extrajudiciais exigiu um esforço extraordinário por parte das Defensoras e dos Defensores Públicos que, mais do que nunca, enfrentaram desafios intensos.

Diante desse contexto, a ADPERGS compreende a importância de estar sempre ao lado daqueles que defendem os direitos da população gaúcha. Nossa associação está empenhada em resguardar as prerrogativas, monitorar as condições de trabalho e saúde laboral, além de promover em todos os âmbitos políticos e jurídicos, a justa valorização das Defensoras e Defensores Públicos.

Neste cenário de rápida evolução, é desafiador planejar a superação de eventuais obstáculos que 2024 nos apresentará. Por isso, cada vez mais, precisamos lutar por investimentos em recursos humanos, materiais e tecnológicos para continuar avançando.



## Mário Rheingantz

*Presidente da ADPERGS*

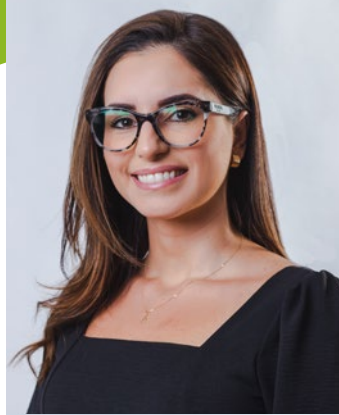
Nosso maior capital é também nossa verdadeira recompensa: a confiança das gaúchas e gaúchos de que as Defensoras e Defensores Públicos estão prontos para continuar assegurando o acesso à justiça, promovendo os direitos humanos e fortalecendo os pilares da democracia.

**Contem sempre com a ADPERGS!**

# 1 ADPERGS: fortalecimento e valorização das Defensoras e Defensores Públicos

O ano de 2023 foi marcado pelo primeiro ano de gestão da atual Diretoria da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Rio Grande do Sul. Com ampla participação, a chapa eleita tomou posse em março deste ano, com o desafio de dar continuidade ao trabalho associativo.

Como destaque deste período, esteve o compromisso em aprimorar o diálogo e aprofundar as discussões associativas, tanto no âmbito legislativo quanto no institucional. *“Como balanço deste primeiro ano, podemos destacar o trabalho incansável da Diretoria para o reconhecimento das Defensoras e Defensores Públicos e da instituição, bem como a valorização e o fortalecimento contínuo do associativismo”*, afirma o presidente Mário Rheingantz.



## ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Ao longo deste ano, a Associação dedicou-se incansavelmente à atuação em diversos Projetos de Lei, voltados para a justa valorização das Defensoras e Defensores Públicos. Um marco significativo para a categoria surgiu da Assembleia Legislativa, com a aprovação do Projeto de Lei 117/2023, que versa sobre o subsídio mensal das Defensoras e Defensores Públicos.

Ainda da Casa Legislativa, outra conquista foi obtida: a criação de 14 Defensorias Especializadas no atendimento à vítima de violência doméstica no RS. Na Sessão Plenária da Assembleia Legislativa, em 19 de dezembro, foi aprovado o Projeto de Lei (PL) 492/2023.

A proposta é de autoria da Defensoria Pública e dispõe sobre a criação de 14 Defensorias Públicas Especializadas no Atendimento à Vítima de Violência Doméstica e dos respectivos Cargos de Defensor(a) Público(a) e de Servidores(as) do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares e do Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Defensoria Pública do Estado.

As comarcas abrangidas pela criação são: Alvorada, Canoas, Caxias do Sul, Gravataí, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Cruz, Santa Maria, São Leopoldo e Viamão.

Ainda neste período, uma grande vitória para a classe veio do Senado: a inclusão de membros(as) da Defensoria Pública no texto da PEC 10/2023, relativa ao adicional por tempo de serviço. O presidente Mário Rheingantz e a vice-presidenta Institucional, Maína Pech, estiveram acompanhando a proposição em Brasília e dialogando com a bancada gaúcha no Senado.



A Diretoria desempenhou um papel fundamental na consecução desta conquista dentro da Casa Legislativa. Foram inúmeras as reuniões e articulações com líderes políticos, culminando na aprovação do projeto. Ocorreram visitas aos senadores Paulo Paim (PT-RS), Hamilton Mourão (Republicanos-RS) e Luis Carlos Heinze (PP-RS). Também ocorreu reunião com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Davi Alcolumbre (União-AP), o relator da PEC 10, senador Eduardo Gomes (PL-TO), e a senadora, professora Dorinha Seabra (União-TO).

O esforço concentrado das Defensoras e Defensores Públicos ocorreu porque havia a expectativa da matéria ser pautada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ).

Ainda, ocorreram diversas agendas com a bancada gaúcha e lideranças nacionais na Câmara dos Deputados. A atuação legislativa, coordenada com a ANADEP, foi intensa na defesa dos interesses das Defensoras e Defensores Públicos.

*“A Diretoria não mediu esforços para defender, de forma intransigente, as Defensoras e Defensores Públicos. Conquistamos importantes vitórias nesse ano, e nossa gestão persistirá no árduo trabalho de construir a Defensoria Pública que almejamos para o futuro”*

**Mário Rheingantz** • Presidente da ADPERGS







## ADPERGS DE PONTA A PONTA

Na busca pela permanente integração e interlocução com as Defensorias da região metropolitana do Estado, a Diretoria promoveu atividades do projeto ADPERGS de Ponta a Ponta. Neste período, foram realizadas visitas às Defensorias Públicas de Cachoeirinha, Gravataí, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Viamão e Alvorada.



Com as visitas às Defensoras e Defensores em seus locais de atuação, a Diretoria busca aprofundar o diálogo, conhecer as demandas de cada região e garantir a transparência nas ações que estão sendo desenvolvidas. A iniciativa ADPERGS de Ponta a Ponta reafirma o compromisso da Diretoria em abranger todo o espectro de atuação da Defensoria Pública, contribuindo para uma representação abrangente e efetiva.



## PROJETO DE INTERIORIZAÇÃO REALIZA CONFRATERNIZAÇÃO NAS REGIÕES DE ALTO URUGUAI E PLANALTO MÉDIO

No segundo semestre de 2023, a ADPERGS iniciou mais um projeto visando a integração de Defensoras e Defensores Públicos no interior. Por meio de incentivo, a Associação apoiou as confraternizações de final de ano das Defensorias Públicas locais.

Com a presença de Defensoras e Defensores Públicos, além de servidores e estagiários, foram promovidos encontros na regional do Alto Uruguai, em Erechim, em 3 de novembro deste ano, e na Região Planalto Médio, em Ijuí, em 7 de dezembro.

Por meio desta iniciativa, a ADPERGS busca congrega e estreitar o vínculo associativo, através de encontros e confraternizações dos núcleos do interior, contemplando todas e todos associados, anualmente.





## FEIJOADA COM RODA DE SAMBA ADPERGS

Em tarde quente de dezembro (16/12), foi realizada a primeira edição da Feijoada com Roda de Samba da ADPERGS. O evento reuniu 110 associados(as) no Espaço Maestro, em Porto Alegre. O evento teve a participação do Grupo Vem Sambar.



Foi um momento de confraternização entre as Defensoras e Defensores Públicos. *“Nós queríamos proporcionar um encontro leve e que todos pudessem aproveitar e comemorar todos os feitos em 2023”*, destacou o presidente da ADPERGS, Mário Rheingantz.





## ADPERGS PROTAGONISTA NA UNIÃO GAÚCHA

Um marco importante: em eleição ocorrida no dia 15 de maio deste ano, o presidente da ADPERGS, Mário Rheingantz, assumiu a presidência da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública para o biênio 2023/2024. A Assembleia Geral Ordinária ocorreu na sede da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS).



Pela primeira vez desde sua criação, há 18 anos, a entidade é encabeçada por um representante da ADPERGS, unificando a luta de entidades no Estado do Rio Grande do Sul. A nova gestão foi inscrita em chapa única e conta com o vice-presidente Fernando Andrade Alves, presidente da Associação do Ministério Público do RS (AMPRS).

Neste ano, a coordenação teve como principal desafio a defesa do IPE Saúde. Além disso, as pautas sobre IPE

Prev e Regime de Recuperação Fiscal (RRF) fizeram parte do escopo de trabalho das 26 entidades que compõem a União Gaúcha.

A União Gaúcha é formada por entidades representativas dos(as) servidores(as) públicos(as) estaduais. Foi criada em 2005 com o objetivo de defender a manutenção e efetividade de um sistema de previdência social de natureza pública, unificando a luta de entidades no Estado do Rio Grande do Sul.



## MOBILIZAÇÃO NACIONAL

O período de gestão foi marcado por intensa mobilização no cenário político nacional. A Diretoria da ADPERGS realizou um intenso trabalho de articulação política junto à Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), no Congresso Nacional.

Foram diversos projetos em acompanhamento, entre eles, a PEC 10/2023 (Valorização do Tempo de

Serviço), em que o presidente da ADPERGS, Mário Rheingantz, e a vice-presidenta Institucional, Maína Pech, atuaram junto à bancada gaúcha em Brasília. Ainda, ocorreram visitas à Câmara dos Deputados e Senado, com parlamentares em pautas de interesse da Defensoria Pública.

Além disso, a ADPERGS, representada pelo Diretor da Região Sul da ANADEP, Mário Rheingantz, manteve permanente diálogo e participação na Associação Nacional.



## ENCONTRO REGIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS DAS REGIÕES SUL E SUDESTE

Cerca de 150 participantes reuniram-se no Encontro Regional das Defensoras e Defensores Públicos das Regiões Sul e Sudeste, realizado em Foz do Iguaçu (Paraná) nos dias 5 e 6 de outubro. O evento, que teve como tema “Defensoria Pública: Debates Contemporâneos”, contou com a presença do presidente da ADPERGS, Mário Rheingantz, e dos(as) Defensores(as) Públicos(as) Alice Backes de Leon, Juliana Lavigne, Bárbara Sartori, Jimenes Mary Rosa de Araújo Chimeli, Antônio Fregapanne, e Juliana Maia Antoniassi.



A abertura do evento apresentou palestra magna com a desembargadora do TRF da 2ª Região, mestre em Direito Constitucional e doutora em Direito Público, Simone Schreiber, juntamente do advogado criminal e professor de Direito Penal da UFPR, Juarez Cirino. Utilizando uma de suas obras mais reconhecidas, Simone Schreiber conduziu uma reflexão sobre a publicidade opressiva nos julgamentos criminais. Defendendo vigorosamente a liberdade de expressão e os valores democráticos, a palestrante ressaltou a importância do trabalho ético de apuração e divulgação de crimes.



Na manhã da sexta-feira (6/10), o segundo painel do encontro abordou “Debates Criminais Contemporâneos”, com a participação do Defensor Público do RS, Antônio Fregapane, e da Defensora Pública do RJ, Helena Morgado, sendo presidido pela Defensora Pública do Paraná, Maria Luiza Gomes.

Após dois dias de intensas atividades, a palestra magna de encerramento foi conduzida por Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, advogado e doutor em Direito Penal/Criminologia, e professor titular aposentado de Direito Processual Penal na Universidade Federal do Paraná e Procurador do Estado do Paraná.

A mesa de encerramento contou com a participação do coordenador da Região Sul da ANADEP e presidente da ADPERGS, Mário Rheingantz; da presidenta da ADPERJ e vice-presidenta institucional da ANADEP, Juliana Lintz; e do presidente da ADEPES, Luís Gustavo de Gois.

## ADPERGS FORTALECE SUA PRESENÇA NA FACE-RS

Com o propósito de fortalecer as carreiras pilares do Estado, em abril de 2023, o presidente da ADPERGS, Mário Rheingantz, foi reeleito como Conselheiro Fiscal das Associações das Carreiras Típicas de Estado do Rio Grande do Sul (FACE-RS). O presidente da AMP/RS, João Ricardo Santos Tavares, foi eleito presidente da entidade.

Durante o período, foram realizadas reuniões para tratar de questões de interesse das carreiras representadas pelas entidades, como a reabertura do prazo de migração de regime previdenciário e melhorias do prazo de vigência do benefício especial. Destaca-se, ainda, a articulação junto à Casa Civil do Estado para debater o aprimoramento do benefício especial instituído na última reforma da previdência.

A reforma tributária (PEC 45/19) também foi tema de painel promovido pela FACE-RS, em julho. Representada pela vice-presidenta da Institucional, Maína Pech, a ADPERGS participou do evento na sede da Associação dos Procuradores do Estado (APERGS). O encontro teve como painelistas o governador do Estado no período de 2003 a 2007, Germano Rigotto, o ex-procurador do Estado Telmo Lemos Filho e o Secretário da Fazenda de Porto Alegre, Rodrigo Fantinel.



Formada por outras sete entidades, a FACE-RS tem o intuito de buscar alternativas e estratégias viáveis de atuação, no que tange atender às necessidades da população e as carreiras de Estado. As entidades promovem reuniões mensais, que possibilitam a elaboração de ações conjuntas, fortalecendo o serviço público.



## PAINEL COM VENCEDORA DO NOBEL DA PAZ É APOIADO PELA ADPERGS

Em junho, a ADPERGS proporcionou um enriquecedor painel com a renomada ativista yazidi Nadia Murad, vencedora com o Prêmio Nobel da Paz em 2018, no auditório Mondercil Paulo de Moraes, no Ministério Público. O evento, que contou com tradução simultânea, reuniu representantes de diversas entidades jurídicas do Estado, sendo prestigiado pela vice-presidenta Institucional da ADPERGS, Maína Pech, e pelo presidente da ADPERGS, Mário Rheingantz.

Nascida no Iraque e pertencente à minoria yazidi, Murad se tornou uma defensora dos direitos humanos, após ter sido sequestrada pelo grupo extremista Estado Islâmico (EI) em 2014, aos 21 anos, e explorada sexualmente. Com uma fala emocionada, a ativista sensibilizou o público sobre os problemas da violência sexual em questões de conflitos e genocídio em comunidades marginalizadas.





Mantida prisioneira durante três meses, Murad testemunhou o assassinato do seu povo e a perda de vários membros de sua família. Ao conseguir escapar, ela transformou sua experiência em uma narrativa de resistência, tornando-se um símbolo na luta contra o tráfico sexual de mulheres e o uso da violência sexual em conflitos armados. Em sua jornada, Murad compartilha sua história, dando voz aos milhares que ainda permanecem em cativeiro, incluindo sua sobrinha, prima e cunhada: **“Ainda temos mais de 2.000 mulheres e crianças em cativeiro”**, afirmou.

O evento foi uma realização da ADPERGS, Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS), pelo Ministério Público do Estado (MPRS), pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), pela Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (AJURIS), pela Associação dos Procuradores do Estado do Rio Grande do Sul (APERGS), pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Rio Grande do Sul (Escola da AJURIS) e pela Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (FESDEP). ●

# Projeto de Educação em Direitos da ADPERGS:

## Diálogo, conscientização e transformação nas escolas do Rio Grande do Sul

O projeto de **Educação em Direitos da ADPERGS: Conversando sobre direitos, deveres, democracia e cidadania** segue ampliando o diálogo e a conscientização com comunidades escolares ao redor do Estado. Porto Alegre, Canoas, Santa Maria, São José do Hortêncio, Taquara, Três Passos, São Leopoldo, Canguçu, Jóia, Candelária, Estância Velha, Ivoti, Campo Bom, Caxias do Sul e Nova Hartz são cidades que já receberam ações da iniciativa.





Além das palestras destinadas aos(as) alunos(as) da rede pública e privada de ensino, o projeto promove diversas atividades presenciais e virtuais para professores e equipes pedagógicas. Idealizadora da ação, a Defensora Pública Cristiane Angelita Johann ressalta a importância da colaboração entre Defensores(as) Públicos(as) e professores(as), com o objetivo de educar em Direitos Humanos.

*“No decorrer do caminho, me dei conta de que era preciso voltar para o chão da escola, pois é lá que se plantam sementes para transformar uma sociedade injusta e desigual em uma sociedade de mais respeito, solidariedade e dignidade. Como Defensora, eu pensei: ‘como nós podemos ajudar os professores nessa missão que é educar em e para os Direitos Humanos?’”,* reflete a Defensora.

Criada em 2019, durante a gestão da ex-presidenta da ADPERGS, Juliana Coelho Lavigne, o projeto de Educação em Direitos concorreu à 20ª edição do Prêmio Inovare, iniciada em 2023. Em julho deste ano, a ação foi apresentada a uma das consultoras da premiação, na sede da associação. Os trabalhos inscritos foram analisados pela comissão avaliadora para a escolha dos vencedores.



Conforme Cristiane Johann, *“o projeto surgiu a partir do desejo de incentivar a realização de atividades de educação em e para os Direitos Humanos, que é uma ferramenta essencial para o exercício da cidadania e para o fomento a uma cultura de respeito aos Direitos Humanos”*.

Durante a reunião, Juliana Lavigne também comentou sobre a origem do projeto social e seus objetivos. *“Esse é um projeto extremamente prático, que se efetiva com a prática nas escolas, junto aos alunos, professores e famílias. É um projeto não apenas teórico, mas tem resultados efetivos nas comunidades que participam da iniciativa”*, ressalta.

Em novembro de 2023, cinco atividades foram realizadas em parceria firmada com a Escola do Centro Interdisciplinar de Educação Social e Socioeducação da Faculdade de Educação (CIESS-UFRGS), no curso “Os direitos humanos e o tempo presente”. As ações contaram com participação da Defensora Pública-Corregedora da DPE/RS, Alessandra Quines, a Subcorregedora-Geral, Silvia Pinheiro de Brum, a Diretora Tesoureira da FESDEP, Juliana Lavigne, e os(as) Defensores(as) Públicos(as) Domingos Barroso, Patrícia Kettermann e Cristiane Johann.



No mesmo mês, o projeto foi apresentado durante o Congresso de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina (OAB-SC). *“O presidente da Associação das Defensoras e Defensores Públicos de Santa Catarina (ADEPESC), Tiago Queiroz da Costa, demonstrou interesse em conhecer o projeto e demos uma cópia para ele. As solicitações mais recentes de atividades nas escolas têm sido focadas na questão de discursos neonazistas e racistas”,* afirma Cristiane.

A parceria entre Defensores(as) Públicos(as), educadores(as) e alunos(as), através das conversas temáticas, tem mostrado efeitos positivos quanto à conscientização dos adolescentes sobre seus direitos e deveres, além de explorar as temáticas da democracia e cidadania. É o que demonstram os relatos de diversos(as) colaboradores(as) que já participaram de atividades do projeto. Confira os depoimentos na página seguinte.



## DEPOIMENTOS

“Desde 2020, o projeto de Educação em Direitos está conosco. Educar para a sustentabilidade envolve o pensamento crítico em relação aos Direitos Humanos, ainda mais nós que vivemos em um país com extremas desigualdades sociais, econômicas e culturais. Desde então, desenvolvemos várias atividades pedagógicas e educativas, principalmente resgatando a cultura dos povos tradicionais. Na primeira atividade, formamos 300 professoras e professores, refletindo em 7.500 alunos na rede municipal de ensino e escolas conveniadas.”

### Sandra Grohe

Diretora do Núcleo de Educação para a Sustentabilidade, vinculado à Secretaria Municipal de Educação de São Leopoldo

“Nós fomos acolhidos pela Defensoria em Campo Bom quando tivemos uma situação difícil nas escolas. Uma professora negra sofreu um episódio de preconceito e precisamos agir. A Defensoria nos acolheu e nos procurou nessa situação. Além disso, com a volta da pandemia, as ações foram muito importantes para os adolescentes. Foi um momento de retomada com esses jovens e tivemos um grande apoio. A Defensoria Pública nos trouxe momentos de escuta, de trocas, de experiências, e de noções de direitos e deveres, o que é muito importante.”

### Simone Daise Schneider

Secretária de Educação e Cultura de Campo Bom

“Tínhamos a necessidade de trazer essa fala de Direitos Humanos para nossas escolas, mas o que eu encontrei não foram falas, foram atitudes. Isso para mim não tem preço. Quando você apenas palestra, são falas. As escolas encontraram Defensoras e Defensores com atitudes que, quando falavam, acolhiam. Faziam na prática os Direitos Humanos. A atividade sobre identidade de gênero superou qualquer expectativa que eu poderia ter.”

### Marivane Carvalho

4ª Coordenadoria Regional de Educação de Caxias do Sul

“Depois da formação, muitos professores mudaram suas aulas e aplicaram outras disciplinas. A questão do racismo, que vivenciamos muito na escola em que eu trabalho, do bullying físico, com a questão da gordofobia. Assim como as questões de gênero também nessa faixa etária. Essas práticas de Educação em Direitos agregam muito enquanto escola, precisamos disso no dia a dia, para estarmos preparadas. Só temos a agradecer a contribuição que vocês nos deram.”

### Andreia Fabiana Armani

Professora da EMEF Presidente Kennedy, de Estância Velha



3

**Para além da orientação  
jurídica: Defensoria  
Pública e adolescentes em  
medida socioeducativa**



“Essa é uma oportunidade que eu não tive na rua. Vou tentar fazer o curso até o final para trabalhar com isso ou até mesmo cortando cabelo”. A frase é de um jovem de 17 anos que cumpre medida socioeducativa na Comunidade Socioeducativa (CSE) da FASE-RS. No depoimento, ele expressa suas expectativas após participar da sua primeira aula na oficina de tatuagem destinada aos adolescentes internos, organizada pela Defensoria Pública.



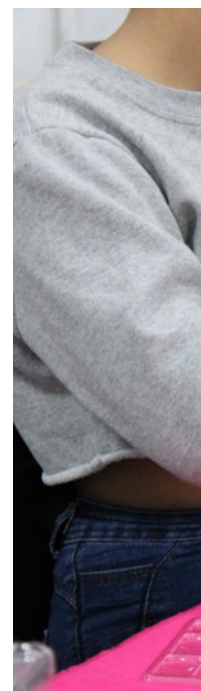
O relato do jovem representa o trabalho diário das Defensoras e dos Defensores Públicos na área da Infância e Juventude especializada em atos infracionais: mais do que a orientação jurídica de qualidade, integral e gratuita, a atuação da Defensoria com os jovens leva oportunidade e esperança em um novo futuro.

A partir de módulos, que envolvem desde a assepsia até o manuseio das máquinas, a oficina prática foi coordenada pela Defensora Pública Paula Simões Dutra de Oliveira, em parceria com o Ministério Público do Rio Grande do Sul e a FASE-RS.

*“O que pensamos quando falamos em socioeducação é conferir oportunidades. E elas surgem também a*

*partir da profissionalização e da educação. Conferir ferramentas profissionalizantes para que eles tenham novos rumos, novos projetos, e seja algo factível é fundamental. Temos o objetivo de que eles consigam operar na prática, quando tiverem o desligamento da medida socioeducativa, daquilo que eles aprenderam aqui dentro”, afirma Paula.*

Inicialmente, os encontros foram ministrados pelo tatuador voluntário Marlon Oliveira e terão seguimento com Carlos Menezes Júnior. A Defensora Pública ainda destaca que a ação foi idealizada pela Defensora Fabiane Ruperti Lontra, que hoje atua como Corregedora da DPE/RS, além de contar com o apoio de outras instituições.





*“É importante deixar registrado que, para que um projeto tenha seguimento, várias instituições e pessoas fazem parte disso. Essa iniciativa começou lá atrás com a Fabiane Lontra, nossa colega, que identificou que a partir da tatuagem se poderia fazer um trabalho bem importante sobre a ressignificação de valores. A respeito da remoção, da cobertura, se construiu esse projeto também pensando nesse viés profissionalizante. Ele também só pôde ter andamento com a contribuição do Sicredi, através da Promotora de Justiça Carla Frós”, explica.*

No Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino (CASEF) da FASE, as adolescentes participaram de outro projeto similar voltado à socioeducação, também coordenado por Paula Simões: o Maquiarte. Com a finalidade de oferecer uma profissionalização e trabalhar a autoestima, o curso ofereceu seis aulas de maquiagem profissional, ministradas pela consultora de beleza da Mary Kay, Lisiane Gonçalves.

Ao final, além de certificados para as participantes que concluíram de forma efetiva a capacitação, a aluna destaque no curso recebeu diversos produtos da marca de beleza e um cadastro para atuar como vendedora, após o fim do cumprimento da medida socioeducativa.



*“Espero que no curso eu consiga ter esse conhecimento para fazer umas maquiagens mais profissionais. Porque a área de beleza é uma coisa que só cresce e para maquiadora eu tenho sentido um maior espaço no mercado”, disse uma das alunas no início da ação.*



## O ATENDIMENTO DA DPE/RS COM OS JOVENS

De acordo com dados da Assessoria de Gestão de Informação da FASE-RS, entre 2019 e 2023, a população de adolescentes na Fundação diminuiu cerca de 69%. Em maio daquele ano, 1.252 jovens cumpriam medida socioeducativa em unidades da capital e do interior, enquanto, neste ano, são 385.

A orientação jurídica e o atendimento da Defensoria Pública com esses jovens são ramificados entre diversas etapas, contemplando desde o momento do flagrante e encaminhamento à delegacia até a execução das medidas socioeducativas.



Assim como a Defensora Pública Paula Simões, o vice-presidente Jurídico-Legislativo da ADPERGS, Rodolfo Lorea Malhão, atua na execução das medidas de socioeducação com adolescentes condenados ao cumprimento. O acompanhamento da DPE nesta etapa ocorre tanto com os adolescentes internos na FASE-RS, quanto com os que cumprem as medidas através da prestação de serviço à comunidade ou da liberdade assistida.

Conforme o Defensor Público, a orientação dos adolescentes é realizada, principalmente, a partir de dois aspectos: o primeiro é a busca pelo encerramento da privação da liberdade. *“A liberdade é direito natural de todo ser humano e ela só pode ser restringida quando for uma medida extremamente necessária, de uma forma excepcionalíssima. É isso que a Defensoria faz, acompanha e busca que esse tempo seja o menor possível”*, explica.

O segundo ponto de vista, de acordo com Rodolfo Lorea, é a garantia de direitos no curso da internação. *“Enquanto for necessária, essa medida tem que ser acompanhada e os direitos adolescentes têm que ser*

*garantidos. Não é raro ajuizarmos ações civis públicas que garantem os direitos adolescentes em cumprimento de medida, quando esses direitos não estão sendo assegurados”*, lembra.



Antes da execução das medidas socioeducativas, a Defensoria Pública está presente na etapa de apuração dos atos infracionais. É neste processo que atua a Defensora Fernanda Pretto Fogazzi Sanchoatene. *“A minha atuação se dá na defesa do adolescente que está no processo de acusação da prática de um ato infracional e que ainda não tem uma decisão definitiva”*, exemplifica.

Também é atribuição da Defensora o atendimento dos jovens que estão no Centro de Internação Provisória Carlos Santos (CIPCS), da FASE-RS, em Porto Alegre. Conforme dados de maio deste ano, o local reunia a maior parte dos internos, com 36 pessoas. Em Porto Alegre, o número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa era de 122 pessoas.

Ela aponta que a socioeducação, a escuta atenta e o acolhimento dos jovens representam o trabalho da Defensoria Pública e são elementos fundamentais para a transformação do futuro desses jovens.

*“Nós vemos que a importância da nossa atuação é mais que jurídica. É ter um olhar para esse adolescente em um período que é peculiar da vida dele. Um momento*

*de transformação e de muitos questionamentos de um indivíduo. Nós ouvimos muito deles: ‘ah, mas eu não sou ninguém na vida’. É enxergar o indivíduo que tá ali e principalmente entender esse momento de transição da vida entre a infância e a vida adulta”*, expressa.

No Departamento Estadual da Criança e do Ado-



lescente (DECA), única delegacia especializada na área do Estado, a Defensora Pública Daniela Oliveira Bueno realiza o atendimento inicial dos adolescentes detidos por atos infracionais, ao lado dos Defensores Públicos Estevam Krieger Bento da Silva, Laura de Ferreira Veitenheimer e Jonas Scain Farenzena. No local, em regime de plantão, são atendidos todos os flagrantes.

Nesse momento, também há a verificação se houve violência policial ou qualquer violação dos direitos dos adolescentes no departamento médico. *“Nós acompanhamos os adolescentes nas audiências de apresentação e formulamos pedido de liberdade. Se houver violência policial, pedimos que seja oficiada a Corregedoria da Brigada Militar, a Polícia Civil, o Núcleo dos Direitos Humanos da Defensoria Pública, o Ministério Público, que faz o controle externo da polícia, até a Assembleia Legislativa para fins de registro”*, detalha Daniela.



Além da atuação jurídica para a garantia dos direitos fundamentais, a Defensoria Pública no DECA também participa ativamente de projetos de socioeducação. Em parceria com o Poder Judiciário Estadual, o Ministério Público do Trabalho da 4ª Região e o Ministério Público do RS, a DPE é colaboradora do projeto “Partiu Aula na Justiça”, que busca combater o ciclo de reincidência e conscientizar os jovens.

A ação oferece encontros sobre arte, cultura hip-hop e funk, além de um workshop com visitas a equipamentos culturais da capital, com colaboração do rapper e ativista social Rafa Rafuagi. Durante as aulas, os adolescentes participam de oficinas de criação musical e, ao final, recebem um diploma de conclusão, se obtiverem presença de 75% no curso.

O projeto de socioeducação demonstra, em dados expressivos, o potencial desta prática. Entre os 99 formados no curso, até setembro de 2023, apenas 14 voltaram ao sistema criminal ou infracional. Por outro lado, dos 45 jovens que não participaram das aulas, 34 tiveram novo ato ou registro criminal, o que totaliza 75%.

A participação nas atividades tem mostrado resultados positivos para os adolescentes, conforme relata a Defensora Daniela Bueno. *“Eles se veem muito valorizados e que assim como eles entraram pela porta da delegacia muitas vezes algemados, estão saindo com a cabeça erguida, com um projeto para o futuro, sendo reconhecidos”*, ressalta.



A Defensora Daniela Bueno também considera que a importância do trabalho da Defensoria Pública com esses jovens está na escuta e no acolhimento. *“Nós atuamos como garantidores dos direitos dos adolescentes, contra qualquer forma de abuso ou de desrespeito às garantias constitucionais. Os desafios de atuar com a socioeducação são inúmeros, mas o fato dos adolescentes serem ouvidos e terem voz, através do trabalho da Defensoria, faz imensa diferença”.*

A atuação na área da infância e juventude carrega diversos desafios, como a falta de investimentos efetivos em oportunidades para jovens egressos do sistema de socioeducação, conforme Rodolfo Lorea.

*“Um dos desafios é a visão ‘menorista’, que ainda existe e que já foi ultrapassada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. No sentido de o Estado tutelar o menor como se fosse um objeto, não entendendo aquela pessoa como um sujeito de direitos. Além disso, a falta de investimento ainda concreto de oportunidades para que quando adolescente saia da FASE ele possa ter uma mudança maior na sua vida”.*

O Defensor Público ainda lembra que, muitas vezes, os adolescentes acessam, pela primeira vez, direitos básicos somente após ingressarem na FASE, como tratamento odontológico e médico. ●





# 4

## XXVIII Encontro Estadual de Defensoras e Defensores Públicos do RS, em Restinga Sêca



O município de Restinga Sêca, na região central do Estado, foi palco do XXVIII Encontro Estadual das Defensoras e Defensores Públicos do Rio Grande do Sul nos dias 28 e 29 de setembro. Nesta edição, o tradicional evento da classe reuniu cerca de 300 pessoas no Hotel Recanto Maestro.

Durante a abertura oficial, o presidente da ADPERGS, Mário Rheingantz, se solidarizou com as vítimas das enchentes que atingiram o Estado em agosto de 2023 e lembrou a importância da atuação da Defensoria Pública junto à população em situação de vulnerabilidade.

*“É importante registrar o trabalho de todas as Defensoras e todos os Defensores Públicos espalhados por todos os rincões do Rio Grande do Sul na atuação de forma muito prestativa, disposta e proativa, buscando resguardar o máximo possível todos os direitos dos afetados nessa grande tragédia humanitária que vivemos”,* destacou.

*“Vejam que não é de hoje que as Defensoras e os Defensores Públicos, em momentos de crise, mostram qual é a nossa verdadeira missão institucional: de estar sempre ao lado da população, ao lado das pessoas mais vulnerabilizadas. Assim foi nessa catástrofe, assim foi na pandemia de covid-19, assim foi nos momentos em que a nossa democracia esteve mais ameaçada. Essa entrega, de estar sempre ao lado das pessoas, especialmente das pessoas e grupos mais vulnerabilizados, é atuação diária e permanente das Defensoras e Defensores Públicos”,* complementou.





Já o Defensor Público-Geral do Estado, Antonio Flávio de Oliveira, saudou os presentes e comentou sobre a escolha do local para a confraternização anual. *“Nossa intenção com esse evento na região central foi diferenciar do que sempre fazíamos e nos reunirmos na região central do Estado”*, disse.



O primeiro dia de encontro contou com a presença do jornalista e documentarista premiado Marcelo Canellas, que possui mais de 35 anos de experiência na área. Durante a tarde, Canellas apresentou o painel “Comunicação e Direitos Humanos”.



*“Me ocupo da denúncia da violação de direitos humanos há 35 anos porque sou um jornalista brasileiro, porque vivo no Brasil e porque o jornalismo trata das contradições da vida. E não existe nada mais contraditório do que um país que tem todas as condições materiais para oferecer à totalidade da sua população uma vida digna e não oferece”*, destacou no início da sua palestra.



No segundo dia de evento, o palestrante foi o presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (MJDH), Jair Kruschke, com o painel “Entender os Direitos Humanos: História e Herança da Ditadura”. Durante as últimas quatro décadas, Kruschke denunciou casos de torturas e desaparecimentos na região, acompanhou inúmeros processos legais e intermediou negociações de asilo político para refugiados.

O evento também contou com painel sobre Tecnologia, Inteligência Artificial e Melhorias nos Sistemas da Defensoria Pública, ministrado pelos Defensores Públicos Marcelo Martins Piton e Walter Luchese Willig.

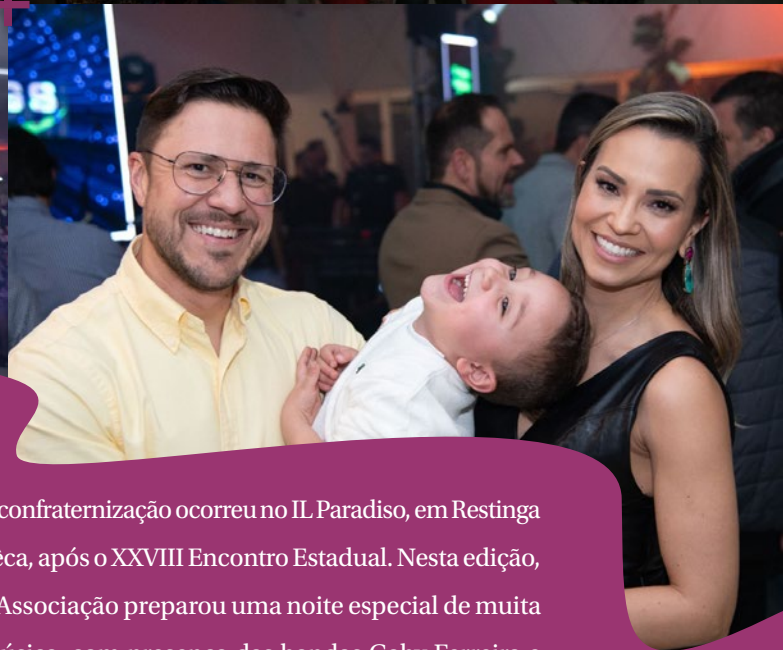




5

## Festa ADPERGS – Edição Restinga Sêca





Cerca de 280 Defensoras e Defensores Públicos marcaram presença na tradicional festa promovida pela ADPERGS, na noite de 28 de outubro.

A confraternização ocorreu no IL Paradiso, em Restinga Sêca, após o XXVIII Encontro Estadual. Nesta edição, a Associação preparou uma noite especial de muita música, com presença das bandas Gaby Ferreira e Polainas e Mais Amor Por Favor





## Racismo e ônus da prova

### Um alerta necessário!



**Gustavo Carlos  
Couto Knopp**

*Defensor Público do Rio Grande do Sul. Especialista em Direito Público pela Escola Superior da Magistratura Federal no Rio Grande do Sul (ESMAFE-RS), em parceria com a Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), instituição na qual integra o grupo de pesquisa "Acesso à Justiça no Século XXI – O tratamento dos conflitos na contemporaneidade", vinculado ao programa de Pós-Graduação em Direito.*

**N**a semana em que escrevo este artigo, celebra-se o Dia de Zumbi e da Consciência Negra e, ao longo do mês de novembro, foi veiculada uma série de publicações atinentes ao Mês da Consciência Negra nas redes sociais da DPE-RS. Dentre tais publicações, uma em especial assevera que constitui papel da Defensoria Pública, no campo da defesa criminal, cuidar para que não haja um rebaixamento do padrão (“standard”) probatório diante de uma pessoa negra acusada de um delito.

Tal observação me influenciou a escrever este pequeno artigo. De fato, o ônus de provar constitui um dos temas de maior subjetividade no mundo jurídico, merecendo atenção redobrada de quem milita na defesa de grupos vulnerabilizados.

Um dos tópicos mais recorrentes talvez seja o da palavra dos policiais. Não é incomum que o Poder Judiciário lance mão do argumento de “presunção de validade” dos atos administrativos e da “ausência de relação prévia” entre os policiais e o réu para, sem outras indagações, descartar a versão apresentada pelo acusado. O trecho já está no modelo da sentença.

A praxe, todavia, além de ser superficial no tocante à análise dos padrões probatórios, ignora que nem mesmo no Direito Administrativo a famigerada presunção de validade é aceita sem boas ressalvas, inclusive no direito comparado.

O administrativista argentino Agustín Gordillo<sup>1</sup> é um dos que alerta para os perigos decorrentes da presunção de validade dos atos praticados pelos exercentes do poder, advertindo que, em determinados casos, é possível que a presunção imoderada assuma o papel de um instrumento antidemocrático:

[O] ato administrativo pode ser produto da vontade isolada de um único indivíduo embriagado pelo poder e pela onipotência de crer-se semideus, enviado providencial. Reconhecer a seu capricho presunção igual à da lei, de modo a exigir seu imediato cumprimento, sem informação nem juízo jurídico, sem consulta, sem discussão nem debate, sem audiência prévia, sem fundamentação normativa e fática razoável e suficiente, isso é o suicídio da democracia.

---

1 GORDILLO, Agustín. Tratado de derecho administrativo y obras selectas. 10. ed. Tomo 3. Buenos Aires: Fundación de Derecho Administrativo, 2011, cap. V, p. 16.

Se tal preocupação parece válida no campo do Direito Administrativo, que dirá no Direito Processual Penal, que cuida diretamente da preservação de garantias fundamentais inscritas em nossa Constituição, incluindo valores caros como a intimidade, inviolabilidade domiciliar e a integridade física.

O alerta deve ser redobrado quando o acusado se trata de pessoa negra. O componente supostamente universalizante da democracia liberal – fundada no ethos iluminista e colonizador – pode levar a acreditar que as instituições naturalmente observarão critérios de isonomia e imparcialidade quando da investigação e persecução criminal, o que sabemos que está longe de ser uma garantia segura.

Para além do racismo estrutural já denunciado pelo filósofo Silvio Almeida<sup>2</sup> – o racismo que se radica na história da formação de nossas instituições e estruturas sociais, políticas e econômicas –, relembro da palestra que tivemos com a poeta e psicanalista Eliane Marques<sup>3</sup>.

A especialista ressaltou que o racismo se inscreve primordialmente em nossa linguagem, que não é apenas um meio de comunicação, mas o tecido que constitui matéria-prima do nosso inconsciente e de nossa subjetividade. Significa dizer que o racismo pode se manifestar de modo exposto, sutil ou mesmo inconsciente, em quaisquer fases e por quaisquer atores da persecução penal.

Com isso, e justamente por termos ciência de que vivemos em uma sociedade estrutural e simbolicamente marcada pelo racismo – uma realidade material à qual o exame judicial não pode se furtar –, o cuidado é importantíssimo no exame do ônus da prova em âmbito criminal.

## Estejamos vigilantes!

---

2 ALMEIDA, Silvio. O que é racismo estrutural? Femininos plurais. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

3 Palestra intitulada “O inconsciente tem raça? A raça é inconsciente? Lei e posição do sujeito”, realizada por ocasião do XXIII Encontro Estadual de Defensoras e Defensores Públicos, em maio de 2021.

# Representatividade e política de cotas: Uma Defensoria Pública mais democrática

Em 2023, uma importante vitória foi alcançada para a Defensoria Pública, o sistema de Justiça e a população gaúcha: o número de Defensoras e Defensores Públicos negros aumentou na Instituição, após revisão na política de cotas raciais da DPE/RS. No VI Concurso para ingresso na carreira, 13 aprovações foram conquistadas dentro das vagas destinadas às populações negra e indígena.





Durante a solenidade realizada no auditório Daniela Boito Maurmann Hidalgo, em junho deste ano, 16 novos(as) Defensores(as) Públicos(as) foram empossados, cinco deles(as) ingressantes pelas ações afirmativas. A cerimônia foi prestigiada pelo presidente da ADPERGS, Mário Rheingantz, pela vice-presidenta Institucional Maína Pech, pelo Secretário-Geral Thiago Oro Caum Gonçalves e pelo Diretor Social e Cultural Saulo Brum Leal Júnior.

O primeiro colocado na classificação de candidatos(as) negros(as), Pedro Henrique Cunha, discursou em nome do grupo de empossados(as). Em sua fala, o Defensor apontou que a representatividade da população negra na Defensoria Pública contribui não apenas para a democratização da Instituição, mas também tem efeitos no atendimento efetivo dos assistidos.

*“Se eu pudesse eleger uma palavra que simbolizasse esse momento, seria esperança. A esperança de constituição de serviço público representativo, capaz de refletir não só a diversidade da população brasileira, mas também os destinatários dos nossos serviços”*, ressaltou.

A necessidade da promoção da inclusão, da igualdade e da pluralidade também foram apontadas pelo Defensor Público durante seu discurso. *“A esperança de superação de séculos de exploração colonial, que deixaram marcas profundas na estrutura da nossa sociedade. A esperança de um dia conseguirmos superar esse modelo de sociedade no qual seres humanos são divididos por categoria, onde um lado se distribui privilégios, e do outro acorrenha-se uma considerável parcela da população as algemas da exclusão”*, expressou.

Em solenidade representativa e histórica, além de Pedro Henrique Cunha, foram empossados(as) os(as) Defensores(as) Públicos(as) negros(as) João Marcus Rosa e Silva Nogueira Barbosa, Guilherme Ruggiero de Souza Santos, Roberta Netto Ferreira Costa e Junielson Silva Araujo. Na mesma data, Loize Germana Gonçalves foi a primeira Defensora Pública a tomar posse na DPE/RS como PCD.

Ao lado deles(as), Paulo Freire D’Aguiar Viana de Souza, Bia Makki Wienert, Bibiana Gava Toscano de Oliveira, Henrique Frasca Grillo, Felipe D’Avila Farias, Lucas



Oliveira da Costa Moreira, Mayara Rossales Machado, Thays Umpierres Endruchak, Diogo Vale da Silva e Lorena da Gama Lim tornaram-se novas Defensoras e novos Defensores Públicos do Rio Grande do Sul.

Assim como na solenidade de junho, a cerimônia de posse ocorrida em outubro representou um marco para a história da Instituição. Foram empossados 13 Defensores(as) Públicos(as), quatro deles(as) pelo sistema de cotas e representados por Marcelo Thiago Ferreira Ribeiro durante a cerimônia.

Em sua fala, ele apontou a representatividade e a presença de pessoas negras como fundamentais para o desempenho do papel constitucional da Defensoria Pública. *“Para bem defendermos aqueles que trazem no corpo e na alma as marcas das suas dores, é preciso ter força, é preciso ter raça, é preciso ter gana, sempre. Mas sobretudo, é preciso cultivar a cada dia a estranha mania de ter fé na vida. Na condição de ser homem negro e formado pela rede pública de ensino, vivencio todos os dias que, para ser livre, não basta ser forte, aguerrido e bravo”*, destacou.

*“Assim como não basta que uma lei declare formalmente abolida a escravidão ou um ato processual declare extinta a punibilidade do agente. É preciso, dentre muitas medidas, que o arcabouço legal, mais que impedir, facilite o acesso ao sistema formal de ensino, que o uso da mão de obra em condições análoga à escravidão por empresas ou atos de racismo nas mais diversas circunstâncias deixem de ser vistos como naturais ou inevitáveis, que a seletividade penal pautada por critérios espaciais, raciais e sociais seja execrada e deixe de ser uma realidade, e que as agências estatais adotem mecanismos de seleção de pessoal verdadeiramente isonômicos”*, complementou.

Ao lado de Marcelo Thiago Ferreira Ribeiro, tomaram posse após ingresso pelas ações afirmativas João Bosco Soares da Silva Filho, Alessandra dos Santos Pereira e Reyjane de Oliveira Muniz. Também tornaram-se novas Defensoras e novos Defensores Públicos do Rio Grande do Sul: Emiliano Campagnaro Chilante, Adriana Buchmann, Marcus Vinicius Kruger Becker, Marina Prais, Aline Trein, Gabriela Saldanha de Lima, Marcus de Freitas Gregorio, Taiete Balardin de Oliveira e Caio Henrique Sanfelice Sena.



## CAMINHOS TRILHADOS PARA O AVANÇO

Para o Defensor Público e Diretor de Interior da ADPERGS, Diego Rodrigues Quadros, **“é o olhar de identificação e pertencimento que um Defensor e Defensora Pública negros suscita nos assistidos que mais revela a importância e fundamentalidade do nosso papel e representação”**.

**“Quando uma assistida ou assistido negros são recebidos nas sedes das Defensorias, nas salas de audiência, e nos salões do júri por outro negro, ele se entende – também naquele outro – como parte do tecido social que constitui os mecanismos de poder; sua cidadania se robustece, ele se vê não só como possibilidade, mas também como realidade já posta, ainda que com revezes e em construção”**,

destaca o Defensor Público.

## DEFENSOR PÚBLICO DIEGO QUADROS

O Defensor Público e Diretor de Interior da ADPERGS, Diego Quadros, explica que, no sistema de Justiça, essa representatividade reforça em dupla medida o papel contramajoritário da Instituição. **“É a presença nos lugares de poder ainda desconfortável ao status quo – majoritariamente branco, e não raras vezes, na ambiência do confronto, que assegura e reafirma a reconstrução de nosso pacto civilizatório”**, afirma.

O resultado mais expressivo de pessoas negras nos quadros da Defensoria Pública deve-se às mudanças promovidas nas ações afirmativas, que aumentaram de 20% para 30% o percentual de reserva de vagas para candidatos(as) negros e indígenas.

A revisão da política de cotas foi aprovada em 2020, por iniciativa do Grupo de Trabalho Permanente para Elaboração de Políticas de Combate à Discriminação Étnico-Racial (GT Igualdade Racial) do Núcleo de Defesa de Direitos Humanos da Defensoria Pública (NUDDH), que apresentou ao Conselho Superior da DPE/RS um relatório detalhado. O documento

demonstrou falhas na política vigente à época, bem como propostas a serem implementadas para o próximo concurso.

O projeto foi coordenado pela Defensora Pública Gizane Mendina Rodrigues, organizadora do GT Igualdade Racial, com participação do presidente da ADPERGS, Mário Rheingantz, então dirigente do NUDDH, e dos(as) Defensores(as) Alessandra Quines e Clóvis Bozza Neto. A partir de pesquisas e diálogos, o GT apresentou um diagnóstico para enfrentamento ao racismo, além de encaminhar sugestões à Comissão do VI Concurso, em boa parte acolhidas durante reunião do Conselho Superior.

**“É uma conquista histórica a aprovação de 13 Defensoras e Defensores Públicos negros. Especialmente porque, desde a implementação da cotas raciais na Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, não houve alteração expressiva da composição racial do corpo funcional, visto que, das 14 vagas destinadas à população negra nos últimos concursos para ingresso na carreira (quatro vagas do IV Concurso e dez do V Concurso), apenas uma foi preenchida”**, constata.



## DEFENSORA PÚBLICA GIZANE MENDINA

Conforme Gizane Mendina Rodrigues, a necessidade de reformulação da política de cotas surgiu a partir das conclusões do relatório preliminar levantado pelo grupo de trabalho. A Defensora Pública ainda explica como foi implementado e desenvolvido o GT Igualdade Racial.

*“A partir disso, nós iniciamos o Projeto Cotas Raciais, composto por Defensoras e Defensores Públicos, com o levantamento das normas do edital e do regulamento do concurso e nos reunimos com pesquisadores, doutrinadores*

*e pessoas que integram o movimento negro, para entender mais sobre o tema e buscar identificar os gargalos que impedem que pessoas negras sejam efetivamente aprovadas nos concursos públicos. Essa abertura de diálogo foi fundamental para aprender com quem já vem buscando o aprimoramento das políticas afirmativas de cotas raciais em outras instituições. Após esses estudos, definimos as modificações essenciais para a efetividade das políticas de cotas e enviamos as sugestões por ofício à comissão do VI Concurso e ao Conselho Superior”*, conta Gizane.

Entre as propostas acolhidas, esteve o pedido de eliminação das expressões “pretos e pardos”, “negros e pardos” e a adoção, como padrão, dos termos “ne-

gros; “negras” ou “população negra”; a ampliação do número de membros da comissão de concurso, com a inclusão de membros pertencentes às populações destinatárias das políticas afirmativas, representando maior diversidade na composição; a redução da média da prova objetiva preliminar para cinco pontos na primeira fase do concurso; e a exclusão do ponto de corte para as listas especiais em todas as fases do concurso para carreira, o que já havia sido sugerido pela própria Comissão Organizadora.

A coordenadora do grupo de trabalho também comenta o histórico de mudanças relacionadas às cotas raciais ao longo dos concursos da Defensoria Pública.

*“Nos concursos para Defensoras e Defensores Públicos, desde a implementação no ano de 2013, as cotas não passaram por processo de revisão que levasse em conta a evolução dessa política afirmativa e a jurisprudência formada sobre o assunto. A única alteração efetiva do IV para o V concurso foi o aumento do percentual de vagas reservadas, de 16% para 20%. Por isso, o GT Igualdade Racial vê como uma vitória o novo aumento percentual”,* destaca.



O trabalho cultivado pelo GT Igualdade Racial mostrou resultados significativos no último concurso e pode seguir como exemplo de aperfeiçoamento da política de cotas raciais na Defensoria Pública. De acordo com o Defensor e Diretor de Interior da ADPERGS, Diego Quadros, a política afirmativa de reserva de vagas é um dos importantes instrumentos que se tem lançado mão no processo de reparação histórica que se desenha nas últimas décadas no Brasil.

*“Na Defensoria Pública, especificamente, é a manifestação, de dentro pra fora, do papel constitucional reservado à Instituição de ser a expressão do regime democrático. Cada Defensora e Defensor Público negro personifica essa missão”,* acrescenta Quadros.

Gizane Mendina ainda destaca: *“As cotas raciais têm efeito importante sobre o serviço público prestado, pois o pluralismo e a diversidade tornam qualquer ambiente mais rico, mais democrático. Há ainda o reflexo na autoestima das pessoas negras. A ideia de ter símbolos de sucesso, através do acesso a cargos públicos relevantes, tem o papel de inspirar as comunidades negras”.* ●





## Aposentados da ADPERGS resgatam o convívio em encontros semanais

# 8

Amizade. União. Partilha. Integração. Acolhimento. Trocas de experiências. Risadas. Companhia. Passeios. Estes são alguns dos aprendizados nos encontros semanais dos aposentados e pensionistas da Associação de Defensoras e Defensores Públicos do Rio Grande do Sul. As reuniões acontecem nas quartas-feiras, semanalmente, na sede da ADPERGS.

A diretora do Departamento de Aposentados e Pensionistas, Sirlei Terezinha de Souza Feijó, conta que a retomada dos encontros no último ano foi muito positiva. *“Foi uma retomada significativa para o nosso grupo que é muito coeso. Criamos laços de amizade e são oportunidades para confraternização, além de nos atualizarmos do que está acontecendo dentro na Associação”*, afirma Sirlei.

Ela ainda ressaltou a importância do grupo criado para aproximar os aposentados e pensionistas.

*“O presidente da ADPERGS contribuiu muito para a formação deste grupo, é muito ativo e quando pode, participa dos nossos encontros e nos coloca a par do que está acontecendo na associação. Ele nos acolheu e fez um Departamento de Aposentados atuantes”*, comemora.

Para o presidente da ADPERGS, Mário Rheingantz, o grupo de aposentados fortalece a associação. *“A participação semanal do grupo contribui para ações e conquistas importantes para todas as Defensoras e Defensores Públicos”*, explica Rheingantz.



## DESTAQUES DE 2023

Neste ano, o departamento realizou algumas atividades para promover a integração dos aposentados e pensionistas da ADPERGS, como a festa junina e o chá no dia do amigo. Além disso, o destaque são os encontros semanais e presenciais, onde eles encontra-

ram um grupo de apoio. Para a diretora do grupo de aposentados e pensionistas, Sirlei Terezinha de Souza Feijó, os encontros do grupo são muito importantes. *“Fica o desejo de que se perpetue na instituição grupos como esse”*, reforça.



## CHÁ DO DIA DO AMIGO

Em 21 de julho aconteceu no Espaço Chef Maurício, do Hotel Laghetto Stilo Higienópolis, o Chá do Dia do Amigo da ADPERGS. Cerca de 40 pessoas participaram e foram recebidas pelo presidente da ADPERGS, Mário Rheingantz, e pelo Diretor Social Cultural, Saulo Brum Leal Júnior, que deram as boas-vindas às Defensoras e aos Defensores Públicos aposentados. A celebração contou ainda, com a apresentação do saxofonista Hermínio Júnior, com músicas clássicas da MPB, enquanto os convidados aproveitaram um delicioso chá da tarde.





## FESTA JUNINA DO DEPARTAMENTO DE APOSENTADOS

Em 28 de junho, foi promovida a Festa Junina do departamento de aposentados, na sede da ADPERGS. O evento ocorreu durante a reunião semanal

realizada pelo grupo. Os aposentados se reuniram para as festividades juninas com comidas típicas e muita animação.



## PARA 2024

No planejamento para o próximo ano estão a realização de uma viagem juntos, programar encontros para conhecer melhor a cidade, proporcionar que uma reunião por mês seja online para que todos os aposentados de todas as regiões possam participar.

E o grupo ainda tem como proposta a criação de um projeto, com um dia festivo para com os aposentados em cada região, além de aproximar a interlocução com os aposentados do interior. *“Nosso desejo é que nossos encontros se perpetuem, pois contribuem muito”*, finaliza Sirlei. ●



# Desconstruindo estigmas:

## Defensoria Pública na luta pelos direitos das pessoas com deficiência

# 9



“Deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente. Assim como outras formas de opressão pelo corpo, como o sexismo ou o racismo, os estudos sobre deficiência descortinaram **uma das ideologias mais opressoras de nossa vida social: a que humilha e segrega o corpo deficiente**”.

A conceituação da antropóloga Débora Diniz, em sua obra “O que é deficiência”, é necessária para a compreensão de que a deficiência não é apenas uma condição física, mas também uma construção social que resulta em marginalização e discriminação.

Segundo dados de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 18,6 milhões de brasileiros possuem alguma deficiência. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), alinhada à Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, define pessoa com deficiência como aquela com impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com barreiras, podem limitar sua participação plena e efetiva na sociedade.



## DEFENSORIA PÚBLICA: EM AÇÃO PELA INCLUSÃO



Em 2023, o tema da campanha nacional “Defensoria Pública: em ação pela inclusão”, promovida pela Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), pela ADPERGS e associações estaduais, dedicou-se a ressaltar a atuação das Defensoras e Defensores Públicos na garantia dos direitos das pessoas com deficiência e promover a educação em direitos, em prol de uma sociedade inclusiva e anticapacitista. Com esse intuito, foi lançada uma cartilha acessível com informações acerca dos direitos das pessoas com deficiência e a atuação da Defensoria Pública, trazendo informações sobre o que se configura como preconceito e capacitismo, e ainda, barreiras que devem ser eliminadas para a efetiva inclusão.

Como parte desta ação social e institucional, a campanha foi lançada em Brasília, no Ministério dos



Direitos Humanos e da Cidadania, em maio de 2023. Com palestra sobre “Inclusão e anticapacitismo: os direitos das pessoas com deficiência e a ocupação dos espaços de poder”, grandes representantes do movimento participaram do debate, entre eles, o Ministro de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvio de Almeida; a coordenadora da comissão temática dos direitos das pessoas com deficiência da ANADEP, Flávia Albaine; a Defensora Pública do Paraná, Marisa Barbosa; o ativista e influencer, Ivan Baron; a autodefensora da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down e representante da Associação de Síndrome de Down de Goiás, Maria Cristina Pacheco; e o representante dos Usuários dos CAPS no DF e integrante do Movimento Nacional de população em situação de Rua, Kleidson Oliveira.



O propósito do debate também foi levar a discussão para dentro da Defensoria Pública e seu quadro institucional. A Defensora Pública Marisa Barbosa, que tem deficiência auditiva cognitiva, mencionou as barreiras enfrentadas para ingressar na carreira. Ela mencionou, por exemplo, o plano de ação de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência da DPE-PR, que visa promover na instituição uma política de acessibilidade às pessoas com deficiência. *“Um dos problemas que enfrentei foi a realização de audiência de custódia em que não havia equipamentos ou aparelhos que me permitissem dialogar de forma clara com o assistido da Defensoria Pública. Imagina ter que me comunicar com uma pessoa através de um vidro que não passa o som e que preciso falar por um aparelho telefônico”,* explicou a Defensora.





## ABRINDO CAMINHOS

Loize Germana Miranda Gonçalves foi a primeira Defensora Pública do Rio Grande do Sul com deficiência a tomar posse na Instituição, já estando na condição de PCD.

Em solenidade de posse, no dia 16 de junho, Loize realizou um discurso na qual falou sobre a representatividade e a importante vitória por ser a primeira pessoa com deficiência a tomar posse na Instituição. *“Me sinto extremamente honrada em partilhar esse momento enquanto representante da primeira colocação de pessoa com deficiência, ao lado do primeiro colocado que representa as pessoas pretas e pardas. Essa posse representa um cargo que por*



*expressa ordem constitucional deve assegurar a defesa dos grupos vulneráveis e minorias. Assim como diversos outros Direitos Humanos, a minha chegada aqui não foi um presente ou cortesia, foi conquistada com muita luta pelos que vieram antes de mim e redemocratizou o país no século passado. A Constituição Cidadã, que criou a Defensoria, me fez a primeira pessoa com deficiência a tomar posse na Instituição já estando na condição de PCD”, afirmou.*

Para ela, a presença de Defensores(as) com deficiência é crucial para os(as) assistidos(as), *“pois proporciona empatia, compreensão e conhecimento das necessidades específicas. Além disso, a representatividade contribui para a sensibilização da instituição e do sistema de justiça, incentivando práticas mais inclusivas e sensíveis às questões das pessoas com deficiência”*, complementa Loize.

Apesar da conquista, muitos avanços são necessários. A Defensora conta as dificuldades que encontrou para ingressar na carreira. *“As dificuldades no ingresso na instituição podem envolver processos seletivos não adaptados às necessidades das pessoas com deficiência, falta de acessibilidade durante as etapas do concurso e a ausência de adaptações razoáveis para garantir a participação igualitária”*, conta Loize. Segundo ela, é necessária uma evolução em termos de adaptações nos processos seletivos, para garantir ambientes de trabalho acessíveis e promover a inclusão em todos os aspectos da instituição.

*“Posso dizer que as barreiras materiais – no sentido de acesso aos locais de provas e/ou adaptações razoáveis, apesar de terem sido expressamente destacadas quando da minha inscrição – mediante laudo médico fundamentado – e dos outros candidatos com deficiência, não foram integralmente observadas”*, ressalta Loize sobre seu

processo seletivo. Entre as questões destacadas por ela, estão a falta de banheiros adaptados, púlpito apto para usuários de cadeiras de rodas, entre outros.

*“Hoje, afirmo que eu sou Defensora porque em todas as fases a minha mãe, Maria Adelaide, estava suprindo essas barreiras como minha acompanhante, já que seria impossível suprir tais violações sem ajuda de alguém”*, afirma Loize. Como reflexão trazida pela Defensora, está uma maior cobrança das Instituições por parte das bancas contratadas, para garantir que pessoas com deficiência possam acompanhar todas as fases do certame dos processos seletivos.



## BARREIRAS QUE DEVEM SER ELIMINADAS

A inclusão plena de pessoas com deficiência requer a eliminação de diversas barreiras na sociedade e a garantia de um ambiente social acessível. Entre essas barreiras, estão as urbanísticas, que impõem dificuldades, riscos e impedem a mobilidade de pessoas com deficiência, como exemplos estão calçadas sem rebaixamento, inexistência de piso tátil e vagas preferenciais e outras.

Já as barreiras arquitetônicas, fazem referência às existentes dentro de edifícios públicos e privados, como a falta de banheiro acessível ou elevadores com botões em braille e sinal sonoro. As barreiras de comunicação são os obstáculos, atitudes ou comportamentos que dificultem ou impossibilitem a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação, como uma palestra ou evento sem intérprete de libras ou vídeos sem legenda.

As barreiras atitudinais são os obstáculos que limitam ou impedem a participação social da pessoa na sociedade ou no ambiente, como impedir que uma criança com transtorno do espectro autista frequente o ambiente escolar. Já as barreiras tecnológicas são aquelas que dificultam o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias, como um computador em que o cursor não foi adaptado. A última barreira é a relacionada ao transporte, quando se refere a falta de sistemas e meios de transportes com acessibilidade, como ônibus sem piso baixo, sinais sonoros para pessoas com deficiência visual ou sinais luminosos para pessoas surdas.

*“Entre elas – barreiras, estão a falta de acessibilidade física em espaços públicos e privados, atitudes discriminatórias, ausência de oportunidades educacionais e de emprego, e a necessidade de conscientização e informação sobre as necessidades e capacidades das pessoas com deficiência”, complementa Loize.*

Desta forma, é necessário compreender que o capacitismo é um preconceito que causa a exclusão de pessoas em razão da sua deficiência, e que se reproduz nas instituições públicas e privadas de forma naturalizada. O capacitismo pode se inserir em várias camadas de nossa cultura, resultando em estruturas sociais que excluem e discriminam pessoas com deficiência.

*“O combate ao capacitismo e à violência contra pessoas com deficiência exige – primordialmente – a promoção da conscientização/educação. Isso inclui ações para promover uma cultura de respeito, implementação de políticas de igualdade de oportunidades, educação sobre os direitos das pessoas com deficiência e o fortalecimento de sistemas de denúncia e proteção contra abusos”, explica a Defensora.*

A Defensoria Pública atende, orienta juridicamente, ajuíza medidas processuais e acompanha os processos de pessoas com deficiência que buscam algum direito ou que tenham tido algum direito violado. *“A Instituição desempenha um papel crucial na garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Isso inclui fornecer assistência jurídica gratuita, defender em processos legais, promover políticas inclusivas, identificar e denunciar violações de direitos, além de lutar pela efetivação de acessibilidade em áreas como educação, saúde, transporte e moradia”, conclui Loize.* ●



# Em noite festiva, ADPERGS entrega 10º Prêmio de Jornalismo

A edição de 2023 do 10º Prêmio de Jornalismo, com o tema “Defensoria Pública: Garantindo Direitos”, foi voltada para matérias que mencionaram a atuação de Defensores(as) Públicos(as) na garantia dos direitos fundamentais da população, como no acesso à justiça, saúde, educação, habitação, entre outros.



A cerimônia de premiação foi realizada na segunda-feira, 27 de novembro, no Hotel Laghetto Stilo Higienópolis em Porto Alegre e reuniu autoridades, jornalistas e demais convidados(as) de forma presencial e remota. A premiação foi mediada pela jornalista, Débora de Oliveira.



O prêmio recebeu 139 inscrições, nas categorias áudio, vídeo, impresso, internet e universitária com participantes de vários estados.

Em seu discurso, na abertura, o presidente da ADPERGS, Mário Rheingantz destacou a importância da Instituição. *“A Defensoria Pública promove os direitos dos grupos mais vulnerabilizados, e por meio da informação, é a maneira mais ética e democrática de divulgar a atuação, salvo o momento de desinformação que vivemos. Este ano tivemos o recorde de 139 inscritos, com o objetivo de promover a luta de igualdade de todos(as) brasileiros. Agradeço pela coragem dos jornalistas em realizar as reportagens”*, afirmou o presidente.

Ele ainda destacou a satisfação da realização do evento. *“Temos muita alegria em promover a entrega do 10º Prêmio ADPERGS de Jornalismo, é uma honra”*, finalizou.



A Defensora Pública Carolina Zago Cervo parabenizou a ADPERGS pela organização do evento e todos os trabalhos inscritos. *“Foram diversas matérias submetidas à avaliação, todas trazendo com muita coragem tudo aquilo que faz parte do nosso dia a dia, tudo aquilo que a Defensoria Pública faz diariamente. Agradeço nosso presidente Mário, de coração, pelo convite e parabênizo todos os trabalhos, em especial, aos(às) finalistas e vencedores(as)”*, ressaltou. ●



Confira a lista de premiados(as):



## VÍDEO

### 1º LUGAR

**Giovana Ferreira Dourado**

**Demais integrantes:** Laurence Ribeiro, Guilherme Henrique, Vantuir Oliveira, Adriel Santos, Marco Aurélio Martins e Weidson Santos

**Matéria:** Defensoria Pública recomenda suspensão de cursos de tiro para crianças em Goiás

**Veículo:** TV Anhanguera – Programa Jornal Anhanguera

### 2º LUGAR

**Giovani Antonio Grizotti**

**Demais integrantes:** Glaucius Oliveira e Pedro Mendes Levier

**Matéria:** KIT FRAUDE

**Veículo:** TV Globo – Programa Fantástico



## ÁUDIO

### 1º LUGAR

**Gabriel Jacobsen**

**Demais integrantes:** Lucas Abati

**Matéria:** Negro, jovem e tatuado: as características que mais motivam abordagens policiais na Grande Porto Alegre

**Veículo:** Rádio Gaúcha

### 2º LUGAR

**Rodrigo D'ávila**

**Matéria:** Trabalho da Defensoria Pública salva vidas de bebês recém-nascidos no RS

**Veículo:** Comunitária FM – Programa Rádio Comunitária



## IMPRESSO

### 1º LUGAR

**Érika Pereira Soares**

**Matéria:** Em defesa dos vulneráveis

**Veículo:** Revista Tempo

### 2º LUGAR

**Rogério Pagnan**

**Matéria:** Tortura de presos no CE tem torção de testículos e 'posição taturana'

**Veículo:** Folha de S.Paulo



## INTERNET

### 1º LUGAR

**Luís Eduardo Tebaldi Gomes**

**Matéria:** Após 3 anos, Justiça devolve à mãe criança levada a adoção por excesso de internações hospitalares

**Veículo:** Sul21

### 2º LUGAR

**Geórgia Pelissaro dos Santos**

**Matéria:** Haveria um outro destino para Ângela Diniz?

**Veículo:** Vós



## UNIVERSITÁRIA

### 1º LUGAR

**Amanda Laroque Bormida**

**Demais integrantes:**

Eduarda Ferreira, Giulia Godoy, Paola De Bettio e Yasmim Borges

**Matéria:** A mulher encarcerada é condenada duas vezes, pela justiça e ao abandono

**Veículo:** Extra Classe

### 2º LUGAR

**José Otávio Ferreira da Silveira**

**Matéria:** Tragédia da Braskem em Maceió: a atuação fundamental da Defensoria Pública no auxílio aos moradores

**Veículo:** Medium

# ADPERGS

ASSOCIAÇÃO DAS DEFENSORAS E DOS DEFENSORES  
PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

[www.adpergs.org.br](http://www.adpergs.org.br)

   /adpergs

 @adpergsocial

 /AssociaçãodasDefensoras  
edosDefensoresdoRS